

**Processos Administrativos Disciplinares**

[](https://www.youtube.com/watch?v=LZRD7Xxz30U)

* O presente modelo é apenas uma sugestão e não aborda todas as   
  possibilidades de manifestação em procedimentos administrativos   
  disciplinares, em face da complexidade do tema.
* A utilização do modelo não dispensa a necessidade de que o Procurador Federal oficiante verifique as peculiaridades do caso concreto para tratamento de questões   
  que, pela sua especificidade, não poderiam ser devidamente abordadas em uma manifestação padronizada, de caráter geral, como a de que ora se cuida.
* Nos casos envolvendo infrações de menor potencial ofensivo, cuja conduta seja punível com sanção de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias nos termos   
  do artigo [129 da Lei nº 8.112/90](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8112-11-dezembro-1990-322161-publicacaooriginal-1-pl.html), ou com penalidade similar, prevista em lei ou regulamento interno, recomenda-se verificar a aplicação do procedimento do   
  Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).
* Sobre os procedimentos correcionais, investigativos e TAC recomenda-se   
  observar a Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022.
* Recomenda-se a leitura do Manual de Processo Administrativo Disciplinar   
  da Controladoria-Geral da União, como material base para auxílio na elaboração   
  dos pareceres. O documento é atualizado todos os anos.

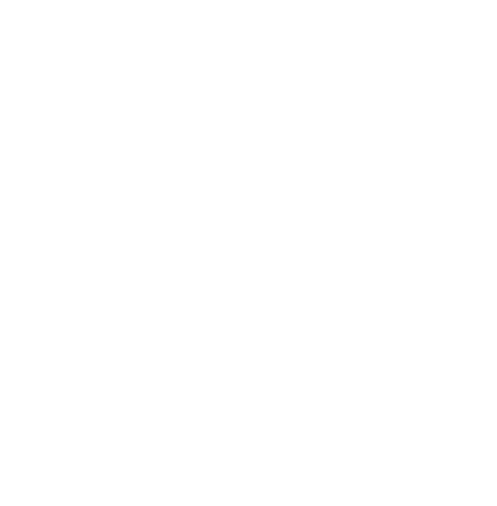
**HIPÓTESES DE APLICAÇÃO**

* Análise de processos administrativos disciplinares (PAD).

**POR QUE UTILIZAR   
ESTE MODELO?**

* O modelo pretende uniformizar a atuação consultiva   
  no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.
* Os pareceres estão em permanente aperfeiçoamento pela Câmara   
  Permanente de Uniformização de Entendimentos Consultivos da PGF.
* O modelo foi elaborado pensando-se razoavelmente em tudo que pode   
  ser objeto de recomendação em um processo, de modo que nem sempre   
  precisará ser adotado de maneira integral. Recomenda-se que seja objeto   
  de avaliação crítica, pela Procuradoria Federal junto à Autarquia ou   
  Fundação Pública Federal, de acordo com as peculiaridades da entidade,   
  para excluir ou adaptar os trechos que abordam temas sobre os quais o   
  órgão consulente já tenha maturidade.
* Após a devida personalização, recomenda-se seja cadastrado como   
  modelo local no SAPIENS, mais adequado a cada realidade.
* Destaca-se, no entanto, que somente o Procurador Federal oficiante,no exercício de sua autonomia funcional, poderá avaliar a pertinência   
  de manter os textos integralmente ou a necessidade de inclusão de   
  um ou de diversos tópicos para adequar ao caso concreto.

**ORIENTAÇÕES IMPORTANTES**

****

Assista o vídeo sobre esse parecer pelo   
Qr-Code ao lado

Atualização: março/2023  
Sugestões, elogios e críticas: [pgf.cpuc@agu.gov.br](mailto:consultoria.pgf@agu.gov.br)



**ATENÇÃO**

* Quando o processo não estiver instruído com documento ou informação essencial para a análise da Procuradoria Federal, sugere-se a sua devolução por cota, indicando-se todas as falhas encontradas na instrução processual. Se o processo não contiver todas as informações exigidas pelos instrumentos normativos que regem a matéria, mas a falta puder ser suprida em momento posterior, recomenda-se haja o prosseguimento da análise pelo oficiante, com a aprovação condicionada do edital/contrato/termo aditivo.
* É medida de boa prática destacar as orientações já atendidas pelo órgão.
* As recomendações realizadas ao longo do parecer que demandem atuação da autoridade devem ser destacadas no texto e expressamente indicadas no tópico da conclusão.
* Para facilitar a utilização do modelo, os parágrafos desse parecer parametrizado não foram numerados. No entanto, recomenda-se a numeração para viabilizar a indicação dos itens a serem observados   
  no tópico da conclusão.
* O modelo está configurado de acordo com as normas da Portaria nº 1.399, de 2009, e seu anexo, do Advogado-Geral da União. O Procurador Federal deve atentar, no desenvolvimento do parecer, para o cumprimento integral das orientações da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União pertinentes à matéria.

**COMO USAR?**

****

Notas explicativas

Texto na cor Preta

Texto na cor Vermelha

Texto destacado em Azul

Deverão ser excluídas.

Texto sugerido para a estrutura do parecer.

Estrutura para a avaliação e adaptação pelo Procurador, diante das peculiaridades do caso concreto.

Indica existência de opções alternativas a serem adotadas pelo parecerista quando da análise do  
caso concreto. As opções são excludentes,   
competindo ao Procurador Federal oficiante excluir aquela(s) não contemplada(s).

* Todas as marcações de cores e sugestões de redação não utilizadas devem   
  ser excluídas do texto final do parecer, inclusive esse quadro explicativo.

**EMENTA**: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ANÁLISE DA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PENALIDADE SUGERIDA. REGULARIDADE LEGAL PROCESSUAL. PELO PROSSEGUIMENTO OBSERVADAS AS ORIENTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO PARECER.

**RELATÓRIO**

Trata-se de processo disciplinar, na modalidade Processo Administrativo Disciplinar - PAD, instaurado em desfavor do(a) servidor(a), deflagrado em razão dos fatos descritos em representação/denúncia/relato de fls. SEI xxx.

Os fatos em apuração dizem respeito à [narrativa dos fatos].

Na conclusão da instrução processual o(a) servidor(a) foi indiciado(a), tendo o processo prosseguido até a conclusão e sugestão final de aplicação da penalidade de [inserir penalidade sugerida pela comissão].

|  |
| --- |
| **Nota explicativa:** O relatório deverá descrever os fatos e a conduta praticada pelo servidor, observando o Art. 3º da Portaria Conjunta nº 1, de 1º de março de 2016 (DOU, de 07.01.2016), da Consultoria-Geral da União, Procurador- Geral Federal e Corregedoria-Geral Da Advocacia Da União. |

Passa-se à análise da regularidade formal do processo, do prazo prescricional e, no tocante ao mérito, da conformidade do Relatório Final com as provas obtidas, bem como a juridicidade da capitulação legal atribuída aos fatos, com vistas ao julgamento pela autoridade competente para aplicação da penalidade proposta.

É o relatório.

**LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA**

Vieram os autos a esta Procuradoria nos termos do art. 131 da Constituição Federal, e do art. 10 da Lei n.º 10.480, de 02 de julho de 2002, bem como da  Portaria Conjunta nº 1, de 1º de março de 2016, da Consultoria-Geral da União, Procurador-Geral Federal e Corregedoria-Geral da Advocacia da União, que dispõe sobre os elementos mínimos a serem observados na fundamentação das manifestações dos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, em atividade de apoio a julgamento de procedimentos disciplinares, seguindo as premissas abaixo delineadas:

1. a observância do contraditório e da ampla defesa;
2. a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:
3. se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;
4. se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;
5. se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;
6. se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;
7. a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;
8. a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:
9. conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;
10. adequação do enquadramento legal da conduta;
11. adequação da penalidade proposta;
12. inocência ou responsabilidade do servidor.

**PRESCRIÇÃO**

Os fatos apurados no processo chegaram ao conhecimento da autoridade instauradora em xx/xx/xxxx (fls. SEI). Em xx/xx/xxxx foi instaurado o procedimento disciplinar na modalidade PAD - Processo Administrativo Disciplinar (fls. SEI). Neste caso, considera-se a data da publicação da portaria instauradora, ocorrida em xx/xx/xxxx.

**Prazos prescricionais**

A prescrição no processo administrativo disciplinar, como regra, é regida pelo art. 142 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de1990, a saber:

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I – em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1° O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2° Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3° A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4° Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Os prazos podem ser melhor visualizados conforme abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PENALIDADE** | **INTERRUPÇÃO** | **PRESCRIÇÃO** | **PRAZO TOTAL** |
| Advertência | 140 dias | 180 dias | 320 dias |
| Suspensão | 140 dias | 2 anos | 2 anos e 140 dias |
| Demissão | 140 dias | 5 anos | 5 anos e 140 dias |

Por outro lado, conforme art. 142, §2º, da Lei 8.112, de 1990, nas hipóteses em que as infrações disciplinares sejam também capituladas como crime o prazo prescricional se balizará pelo art. 109 do Código Penal, conforme abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **PENALIDADE** | **PRESCRIÇÃO** |
| Pena > 12 anos | 20 anos |
| Pena > 8 ≤ 12 anos | 16 anos |
| Pena > 4 ≤ 8 anos | 12 anos |
| Pena > 2 ≤ 4 anos | 8 anos |
| Pena > 2 ≤ 4 anos | 4 anos |
| Pena > 1 ano | 3 anos |

Além disso, nos termos do art. 110 do Código Penal, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, a prescrição regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

Assim, quando determinada conduta sancionada pelo Direito Administrativo Disciplinar também é reprimida pelo ordenamento jurídico penal, os prazos prescricionais deverão observar as previsões dos arts. 109 e 110 do Código Penal, calculados de acordo com a pena máxima prevista para o crime.

Essa regra incide independentemente da modalidade de sanção aplicável (demissão, suspensão ou advertência). A regra também prevalecerá ainda que, a depender do fato e respectiva sanção penal, acarrete redução do interregno prescricional.

Além disso, o Parecer Vinculante JL-06, publicado no Diário Oficial da União, de 13 de dezembro de 2020, com fundamento no princípio da independência entre as instâncias, orienta que a aplicação do art. 142, §2º, da Lei nº 8.112, de 1990 prescinde da existência de inquérito policial ou ação penal, ou seja, a capitulação da infração disciplinar também como crime pela Administração é suficiente para fundamentar a utilização dos prazos prescricionais penais.

**Termo inicial, interrupção e suspensão do prazo prescricional**

O termo inicial do prazo prescricional é a data da ciência da irregularidade pela autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo, nos termos do que dispõe o art. 142, §2º, da Lei 8.112, de 1990, o qual é interrompido pela abertura de sindicância ou instauração de processo administrativa disciplinar. Sindicâncias meramente investigativas e outros procedimentos prévios não são capazes de interromper o andamento do prazo de prescrição.

Sobre o tema destaca-se o Parecer nº GQ-55, vinculante para a Administração, interpretado mais recentemente pela Nota Decor/CGU/AGU nº 208/2009, acatada pelo Despacho-CGU/AGU nº 14/2009 do Consultor-Geral da União, e aprovado por Despacho do Advogado-Geral da União; STJ MS nº 14.446-DF (2009/0121575-7), Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, 13/12/2010; MS nº 11.974-DF (2006/0133789-1), Relatora Ministra Laurita Vaz, 07/05/2007.

A interrupção do prazo prescricional, indicada no art. 142, §3º, da Lei 8.112, de 1990, retorna o referido prazo à estaca zero e ao mesmo tempo o congela. O reinício do curso da prescrição ocorre não da forma prevista no art. 142, §4º, da Lei 8.112, de 1990 mas - por força de consolidação jurisprudencial dos Tribunais Superiores - após decorridos 140 (cento e quarenta) dias da instauração do processo administrativo disciplinar, ou 80 (oitenta) dias após a instauração de sindicância punitiva (Súmula STJ 635 e  Enunciado CGU n.º 01, DOU de 05/05/2011, Seção 01, p. 22).

Tal entendimento jurisprudencial foi abraçado pela doutrina, no sentido de que é razoável o prazo prescricional permanecer suspenso pelo prazo da portaria inaugural do procedimento disciplinar, somado ao prazo da primeira portaria de prorrogação e ao prazo fixado em lei para julgamento do processo (20 dias, conforme o caput do art. 167 da Lei n° 8.112, de 1990).

Cabe evidenciar que a interrupção do prazo prescricional, prevista no §3º, art.142, da Lei 8.112, de 1990, somente se aplica à Sindicância Acusatória e ao Processo Administrativo Disciplinar, não tendo a Sindicância Investigativa o condão de interromper o fluxo prescricional. Neste sentido, é o que também estabelece o Enunciado nº 1, de 4 de maio de 2011, da Comissão de Coordenação de Correição da CGU, transcrito a seguir:

PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. O processo administrativo disciplinar e a sindicância acusatória, ambos previstos pela lei n.º 8.112/90, são os únicos procedimentos aptos a interromper o prazo prescricional.

Os prazos podem ser melhor visualizados abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PAD** | | | |
| **PRAZO INICIAL** | **PRORROGAÇÃO** | **JULGAMENTO** | **TOTAL** |
| 60 dias | 60 dias | 20 dias | 140 dias |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TERMO INICIAL** | **INTERRUPÇÃO** | **REINÍCIO** |
| Data da ciência da autoridade competente para instauração. | Data da portaria de instauração até 140 dias. | Após o término dos 140 dias, com ou sem julgamento, reinicia-se por inteiro a contagem do prazo. |

**Crimes sexuais e vítima menor de 18 anos**

Nos termos do art. 111, V, do Código Penal, tratando-se de crime cometido contra criança ou adolescente, o prazo de prescrição inicia-se tão somente na data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos de idade, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal. Vejamos:

Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:

V - nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

Portanto, diante de assédio sexual contra criança ou adolescente, a autoridade competente e a comissão deverão estar atentas à existência ou não de ação penal. Em caso de inexistência de ação penal o prazo prescricional somente terá início na data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos.

De outro lado, em caso de propositura da ação penal, o prazo prescricional terá seu curso iniciado, devendo ser avaliadas as causas de interrupção da prescrição pela instauração do processo administrativo e a observância do prazo de 140 (cento e quarenta) dias para conclusão do procedimento, a partir do qual tem reinício a contagem do prazo prescricional.

**ANÁLISE DO CASO CONCRETO**

A data inicial da contagem da prescrição no presente caso é xx/xx/xxxx, data da ciência dos fatos pela autoridade instauradora. Com a instauração do PAD em xx/xx/xxxx, temos a interrupção da contagem do prazo prescricional, prevista no art. 142, § 3°, da Lei n° 8.112, de 1990. Na forma definida atualmente para retomada da contagem do prazo prescricional, este ficou suspenso por 140 (cento e quarenta) dias, recomeçando a correr por inteiro após esse período.

A prescrição, portanto, recomeçou sua contagem em xx/xx/xxxx.

Conforme se observa, considerando a sanção sugerida, não há que se falar em ocorrência de prescrição.

**OU**

Em xx/xx/xxxx prescreveu a aplicação de penalidade de advertência/suspensão. A penalidade de demissão/suspensão, sugerida no presente processo, não se encontra prescrita, podendo ser aplicada até a data de xx/xx/xxxx.

|  |
| --- |
| **Nota explicativa**: A Medida Provisória n.º 928, de 2020,  que alterou a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, suspendeu o transcurso dos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas da Lei 8.112, de 1990. Havendo processos com transcurso de prazos no período, recomenda-se utilização da redação abaixo: |

Esclareça-se que a edição da Medida Provisória nº 928, de 2020 alterou a Lei nº 13.979, de 06/02/2020 (dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus), em seu art. 6º-C, suspendeu o transcurso dos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas da Lei 8.112/90, assim estabelecendo:

Art. 6º-C Não correrão os prazos processuais em desfavor dos acusados e entes privados processados em processos administrativos enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Parágrafo único. Fica suspenso o transcurso dos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 8.112, de 1990, na Lei nº 9.873, de 1999, na Lei nº 12.846, de 2013, e nas demais normas aplicáveis a empregados públicos.

Referida Medida Provisória - MPv teve seu prazo de vigência encerrado em 20 de julho de 2020. Assim, entre 23 de março de 2020, data da publicação da referida MPv, e 20 de julho de 2020, os prazos prescricionais para aplicação de penalidades em processos administrativos disciplinares ficaram suspensos.

A data inicial da contagem da prescrição no presente caso é xx/xx/xxxx, data da ciência dos fatos pela autoridade instauradora. Com a instauração do PAD em xx/xx/xxxx  temos a interrupção da contagem do prazo prescricional, prevista no art. 142, § 3°, da Lei n° 8.112, de 1990.

Na forma definida atualmente para retomada da contagem do prazo prescricional, este ficou suspenso por 140 (cento e quarenta) dias, recomeçando a correr por inteiro após esse período.

Deve-se considerar, ainda, a suspensão do prazo entre 23/03/2020 e 20/07/2020, em virtude da MPv nº 928/2020.

A prescrição no presente caso, portanto, recomeçou sua contagem em xx/xx/xxxx. A penalidade de [advertência/suspensão/demissão/cassação de aposentadoria/conversão de exoneração em demissão], sugerida no presente processo, não se encontra prescrita, podendo ser aplicada até a data de xx/xx/xxxx.

**OU**

|  |
| --- |
| **Nota explicativa:** Quando o fato configurar ilícito penal a análise da prescrição deverá ocorrer à luz do [art. 109 e 110 do Código Penal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). O procurador oficiante deverá ficar atento ao tipo penal em que a conduta será enquadrada providenciando a adequação do tópico. |

A data inicial da contagem da prescrição no presente caso é xx/xx/xxxx, data da ciência dos fatos pela autoridade instauradora. Com a instauração do PAD em xx/xx/xxxx, temos a interrupção da contagem do prazo prescricional, prevista no art. 142, § 3°, da Lei n° 8.112, de 1990.

Na forma definida atualmente para retomada da contagem do prazo prescricional, este ficou suspenso por 140 (cento e quarenta) dias, recomeçando a correr por inteiro após esse período.

​A prescrição, portanto, recomeçou sua contagem em xx/xx/xxxx. Considerando a caracterização do fato como crime previsto no art. xxx do Código Penal, a contagem da prescrição não obedece ao prazo quinquenal genericamente previsto no art. 142, I, da Lei nº 8.112, de 1990, mas sim o art. 109 e 110 do Código Penal, de modo que a penalidade de [inserir a penalidade sugerida] poderá ser aplicada até xx/xx/xxxx .

**OU**

|  |
| --- |
| **Nota explicativa:** Alternativa para quando o fato configurar ilícito penal e a vítima for menor de 18 anos. |

A data inicial da contagem da prescrição no presente caso é xx/xx/xxxx, data da ciência dos fatos pela autoridade instauradora. Com a instauração do PAD em xx/xx/xxxx, temos a interrupção da contagem do prazo prescricional, prevista no art. 142, § 3°, da Lei n° 8.112, de 1990.

Na forma definida atualmente para retomada da contagem do prazo prescricional, este ficou suspenso por 140 (cento e quarenta) dias, recomeçando a correr por inteiro após esse período.

A prescrição, portanto, recomeçou sua contagem em xx/xx/xxxx. Considerando a caracterização do fato como crime previsto no art. xxx do Código Penal, a contagem da prescrição não obedece ao prazo quinquenal genericamente previsto no art. 142, I, da Lei nº 8.112, de 1990, mas sim os artigos 109 e 110 do Código Penal.

Além disso, tratando-se vítima criança OU adolescente, que à data do fato contava com xx anos (Data de nascimento: xx/xx/xxxx), o termo inicial do prazo prescricional é  xx/xx/xxxx, quando completou 18 dezoito anos. Desse modo, a penalidade poderá ser aplicada até xx/xx/xxxx.

**OU**

​A data inicial da contagem da prescrição no presente caso é xx/xx/xxxx, data da ciência dos fatos pela autoridade instauradora. Com a instauração do PAD em xx/xx/xxxx, temos a interrupção da contagem do prazo prescricional, prevista no art. 142, § 3°, da Lei n° 8.112, de 1990.

Na forma definida atualmente para retomada da contagem do prazo prescricional, este ficou suspenso por 140 (cento e quarenta) dias, recomeçando a correr por inteiro após esse período.

A prescrição, portanto, recomeçou sua contagem em xx/xx/xxxx. Considerando a caracterização do fato como crime previsto no art. xxx do Código Penal, a contagem da prescrição não obedece ao prazo quinquenal genericamente previsto no art. 142, I, da Lei nº 8.112, de 1990, mas sim o art. 109 e 110 do Código Penal.

Além disso, tratando-se vítima criança OU adolescente, que à data do fato contava com xx anos (Data de nascimento: xx/xx/xxxx), incide a previsão do art. 111, V, do Código Penal.

Todavia, destaca-se a existência de ação penal iniciada em xx/xx/xxx. Desse o modo, o marco do prazo prescricional se iniciou em xx/xx/xxxx, podendo a penalidade ser aplicada até xx/xx/xxxx.

**DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO**

O processo desenvolveu-se regularmente, não tendo, no geral, vício de natureza procedimental que possa macular a sua integridade. Foram observados regularmente os princípios da ampla defesa e do contraditório, com o(a) acusado(a) tendo sido notificado(a) regularmente da instauração do processo pela comissão processante (fls. SEI), sendo o(a) mesmo(a) informado(a) do direito de acompanhar o processo, arrolar testemunhas e produzir provas e contraprovas, caso entendesse necessário. Na ocasião, o(a) servidor(a) envolvido(a) recebeu ainda cópia digital integral dos autos.

O(A) acusado(a) foi ainda notificado(a) especificamente para apresentação de testemunhas que desejasse ver ouvidas no apuratório (fls. SEI), assim como peticionou nos autos (fls. SEI) e foi regularmente notificado(a) para, querendo, acompanhar a oitiva das testemunhas, como se vê no documento de fls. SEI.

Nos termos do art. 159 da Lei n.º 8.112, de 1990, procedeu-se ao interrogatório do(a) acusado(a), franqueada a participação de seu(sua) advogado(a) e a possibilidade de apresentar sua versão dos fatos, em exercício de autodefesa (fls. SEI).

Encerrada a instrução processual, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD entendeu preliminarmente pela existência de infração funcional por parte do(a) acusado(a), decidindo por indiciá-lo(a) (fls. SEI). O(A) indiciado(a) foi assim notificado(a) para apresentação de defesa escrita no prazo legal, tendo assinado sua própria defesa (fls. SEI).

**OU**

tendo sua defesa sido apresentada por seu (sua) advogado(a) (fls. SEI), regularmente constituído(a) por meio de procuração (fls. SEI).

**OU**

tendo sua defesa sido apresentada por seu (sua) defensor(a) dativo(a) (fls. SEI), regularmente nomeado(a) por meio de portaria (fls. SEI).

A análise da defesa apresentada pelo(a) indiciado(a), feita no relatório final da Comissão, foi minuciosa e exaustiva, analisando ponto a ponto as argumentações do(a) defendente, tarefa essa que constituiu a maior parte do relatório final (fls. SEI).

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:** O Procurador oficiante deverá providenciar minuciosa análise dos atos da instrução processual certificando sua regularidade ou recomendando o seu refazimento. Sugere-se as opções de redação abaixo: |

Verifica-se, portanto, que o processo não contém irregularidade em seu desenvolvimento, que possa acarretar nulidade. Os pressupostos processuais foram observados, em especial quanto aos princípios da ampla defesa e do contraditório, questões basilares no processo disciplinar.

**OU**

Tendo em vista a inobservância de formalidade essencial ao processo, constata-se a presença de vício na instrução processual, que consiste em [descrever o vício e as recomendações a serem adotadas pela comissão].

Desta feita, sugere o reconhecimento da nulidade do ato constante do documento fls. SEI e atos subsequentes, consistentes em [indicar os atos de forma específica], que guardam relação de prejudicialidade lógica com o ato viciado, os quais deverão ser repetidos.

Para tanto, a autoridade julgadora deverá reconduzir ou comissão, que poderá ser constituída pelos mesmos membros ou por outros, os quais deverão ser alertados sobre a urgência na condução do processo, em vista dos prazos de prescrição, nos termos do que já orientado pelo presente parecer.

**DO MÉRITO DO PROCESSO**

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:** O Procurador oficiante deverá providenciar minuciosa análise das provas coletadas e atestar sua suficiência ou insuficiência para completa elucidação dos fatos. Recomenda-se um breve tópico sobre os elementos trazidos aos autos e uma conclusão sobre a adequação do conjunto probatório ou a necessidade de complementação. |

[Realizar um breve relato sobre os elementos probatórios coletados sobre os fatos]

A instrução realizada trouxe elementos que afastaram a plausibilidade da versão do acusado, [reforçando a versão revelada pela vítima], corroborada por outros elementos, **OU** conforme elementos de prova coletados no curso da instrução processual,  em especial [indicar quais os elementos probatórios colhidos na instrução, como exemplo, documentos, prova testemunhal, mensagens de texto em aplicativos de telefone e redes sociais, fichas e atestados médicos, gravação de videomonitoramento, e-mails, perícias, diligências diversas, interrogatório, etc.].

Assim, as provas produzidas nos autos não deixam dúvida acerca do cometimento, pelo(a) acusado(a) das condutas que ensejaram a abertura do procedimento e foram minudenciadas no termo de indiciamento. Em outras palavras, a instrução probatória mostrou-se apta e suficiente para caracterizar a conduta praticada e identificação de seu(sua) autor(a).

Aferida a regularidade do procedimento e a suficiência das diligências implementadas pela comissão disciplinar, cumpre-nos opinar acerca da plausibilidade das conclusões da comissão quanto à conformidade com as provas coletadas, adequação do enquadramento legal da conduta e da penalidade proposta.

**OU**

As provas produzidas nos autos não deixam dúvida de que a conduta imputada ao acusado não foi por ele praticada, porquanto todas as provas produzidas, não obstante o zelo da comissão em trazer aos autos os elementos de convicção disponíveis, não logrou êxito em associar o acusado aos fatos que ensejaram a abertura do presente PAD.

[Sugere-se relacionar as provas produzidas e as conclusões que afastam a culpabilidade por insuficiência de provas ou inexistência de autoria e materialidade.]

Diante disso, mostra-se adequada a conclusão da comissão que sugere o arquivamento do feito.

**OU**

A coleta de provas no decorrer da instrução probatória não foi suficiente à elucidação dos fatos. Diante da inexistência de testemunhas oculares dos fatos, a comissão omitiu-se na apuração dos demais elementos periféricos às narrativas apresentadas tanto pela denúncia/representação/vítima, quanto pelo acusado.

Com efeito, diligências relevantes como [descrever as sugestões de diligências] são necessárias para identificar se as circunstâncias narradas na denúncia de fato ocorreram, tais como [descrever os elementos indiciários].

Conclui-se, portanto, pela insuficiência das diligências empreendidas, as quais não foram capazes de elucidar completamente os fatos e afastar os argumentos constantes da denúncia e elementos coletados até o momento. O procedimento não alcançou minimamente o seu escopo de elucidar a verdade sobre a ocorrência relatada.

Para completa instrução processual, necessário recomendar a recondução da comissão, cuja designação poderá recair sobre os mesmos membros ou em outros, a fim de que a instrução processual seja complementada, mediante realização das diligências acima sugeridas, que possuem caráter meramente exemplificativo, seguindo-se à elaboração de relatório final, por meio do qual a comissão poderá concluir pela inexistência do ocorrido ou pela veracidade dos fatos, o que determinará o arquivamento do feito ou a responsabilização do(a) servidor(a) faltoso(a), conforme o caso.

**Adequação do enquadramento legal e sanção aplicável**

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:** O procurador oficiante deverá providenciar análise da adequação entre os elementos coletados, o enquadramento legal realizado e a sanção aplicável. |

Após pormenorizada análise da defesa, a Comissão processante sugeriu a aplicação de penalidade de [indicar a penalidade sugerida], com fundamento no [indicar os dispositivos legais utilizados pela comissão] da Lei n° 8.112, de 1990.

Nesse sentido, constata-se que a comissão procedeu ao adequado enquadramento da conduta, sugerindo a aplicação da sanção de [indicar a sanção sugerida], cabível ao caso.

**OU**

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa**: Relevante destacar que nos casos de enquadramento da transgressão disciplinar dentre aqueles elencados no art. 132 da Lei n.º 8.1112, de 1990, é obrigatória a aplicação da demissão, não sendo possível aplicar pena mais branda, nos termos do que determinam os pareceres da Advocacia-Geral da União GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República e, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art.  40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993.  Utilizar as duas redações subsequentes para os casos em que o enquadramento estiver equivocado e for necessário novo enquadramento para aplicação da sanção de demissão **OU** para os casos em que o enquadramento está correto, mas foi sugerida a aplicação de sanção equivocada (advertência ou suspensão) em substituição à sanção de demissão. |

Constata-se, portanto, que a comissão não providenciou o correto enquadramento da conduta, ficando recomendada a adequação nos termos do [indicar os dispositivos para reenquadramento legal].

Como consequência, fica recomendada a aplicação da penalidade adequada ao caso concreto, no caso a sanção de [indicar a sanção cabível à espécie de acordo com a infração cometida]

**OU**

Constata-se, portanto, que a comissão não providenciou o correto enquadramento da conduta, ficando recomendada a adequação, nos termos do [indicar os dispositivos para reenquadramento legal].

Como consequência, em observância aos pareceres GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art. 40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993, fica recomendada a aplicação da sanção de demissão.

**OU**

Constata-se, portanto, que a comissão embora tenha providenciado o correto enquadramento da conduta, nos termos do que já informado, sugeriu, equivocadamente, aplicação da sanção de [indicar a sanção recomendada pela comissão], o que está em desconformidade com a legislação.

Nesse sentido, em substituição à sanção sugerida pela comissão, fica recomendada a aplicação da sanção de [indicar a sanção correta e respectivos dispositivos legais].

**OU**

Constata-se, portanto, que a comissão embora tenha providenciado o correto enquadramento da conduta, nos termos do que já informado, sugeriu, equivocadamente, aplicação da sanção de [indicar a sanção recomendada pela comissão], o que está em desconformidade com os pareceres GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República e, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art.  40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993.

Nesse sentido, em substituição à sanção sugerida pela comissão, fica recomendada a aplicação da sanção de demissão.

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:** Utilizar a redação abaixo para os casos de ex-servidor (aposentado ou exonerado). |

O relatório final da CPAD analisou todos os termos da defesa escrita, tendo concluído pelo cometimento da infração disciplinar previsto no [indicar o enquadramento legal], sugerindo a aplicação de penalidade de [suspensão ou advertência].

Entretanto, constata-se do documento de fls. / SEI que na data da instauração ou no curso do processo o(a) indiciado(a) já se encontrava exonerado(a)/aposentado(a).

As penalidades de advertência e suspensão possuem essencialmente um caráter pedagógico sobre os servidores da ativa, com o efeito de prevenir a repetição de atos infracionais, porém não são capazes de produzir efeito algum sobre as pessoas que se desligaram do serviço público.

Essas duas modalidades de sanção compreendem um aspecto moral de constrangimento público, com uma intenção de gerar arrependimento e uma mudança de comportamento, sendo a suspensão mais severa por afastar o servidor por determinado período do cargo, tolhendo-o dos vencimentos. Assim, os efeitos dessas penalidades alcançam tão somente os servidores da ativa.

Ao servidor inativo, quando cometer irregularidade enquanto estava na ativa, é possível que seja aplicada a cassação de aposentadoria. Essa sanção pode ser aplicada a qualquer tipo de aposentadoria, seja por idade, tempo de contribuição, tempo de serviço, ou ainda, por invalidez. Nesse sentido, pronunciou-se o STF monocraticamente no aresto a seguir em prol da constitucionalidade na penalidade em sede de controle difuso (Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 33.778/DF, Min. Rel. Edson Fachin, julgamento em 2/2/2018, publicado em 5/2/2018).

Além disso, nos termos do art. 172, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 1990, excepcionalmente, existe a possibilidade de conversão da exoneração de servidor que ocupava cargo efetivo em demissão: “Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso”.

O art. 34, parágrafo único, I, da Lei 8.112, de 1990, prevê a hipótese de exoneração de ofício de servidor ocupante de cargo público efetivo, “quando não satisfeitas as condições do estágio probatório”. Assim, o servidor exonerado por desempenho insuficiente no período de estágio probatório está sujeito à apuração de responsabilidade em processo disciplinar com as garantias a ele inerentes, em virtude do cometimento de infração disciplinar. Constatada a incursão num dos enquadramentos que determinam a cominação da pena de demissão, o ato de exoneração deverá ser convertido em demissão com fulcro no art. 172, parágrafo único, combinado com algum dos incisos do art. 132 da Lei nº 8.112, de 1990.

Nesse sentido, constatando a impossibilidade de alcançar o ex-servidor(a), o processo administrativo disciplinar deve ser arquivado.

**OU**

Constata-se que no caso presente a comissão não providenciou o correto enquadramento da conduta, ficando recomendado o reenquadramento, nos termos do [indicar os dispositivos para reenquadramento legal].

Por consequência, em observância aos pareceres GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art. 40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993, e sendo o servidor(a) aposentado(a) desde xxxx fica recomendada a aplicação da sanção de cassação de aposentadoria, conforme art. 127, IV, da Lei 8.112, de 1990.

**OU**

Constata-se que no caso presente a comissão não providenciou o correto enquadramento da conduta, ficando recomendado o reenquadramento, nos termos do [indicar os dispositivos para reenquadramento legal].

Por consequência, em observância aos pareceres GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art. 40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993, e tendo o servidor(a) sido exonerado(a) em xx/xx/xxxx, recomenda-se, com fundamento no art. 34, parágrafo único, I, da Lei 8.112, de 1990, a conversão da exoneração em pena demissão, com fulcro no art. 172, parágrafo único, combinado com o inciso xxx do art. 132 da Lei nº 8.112, de 1990.

**OU**

Constata-se, portanto, que, no caso presente, embora a comissão tenha providenciado o correto enquadramento da conduta, nos termos do que já informado, sugeriu, equivocadamente, aplicação da sanção de [advertência ou suspensão], o que está em desconformidade com os pareceres GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República e, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art.  40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993.

Por consequência, sendo o servidor(a) aposentado(a) desde xxxx, em substituição à sanção sugerida pela comissão, fica recomendada a aplicação da sanção de cassação de aposentadoria, conforme art. 127, IV, da Lei 8.112, de 1990.

**OU**

Constata-se, portanto, que, no caso presente, embora a comissão tenha providenciado o correto enquadramento da conduta, nos termos do que já informado, sugeriu, equivocadamente, a aplicação da sanção de [advertência ou suspensão], o que está em desconformidade com os pareceres GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República e, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art.  40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993.

Por consequência, tendo o servidor(a) sido exonerado(a), em substituição à sanção sugerida pela comissão, recomenda-se, com fundamento no art. 34, parágrafo único, inciso I, da Lei 8.112, de 1990, a conversão da exoneração em sanção de demissão, com fulcro no art. 172, parágrafo único, combinado com algum dos incisos xxx do art. 132 da Lei nº 8.112, de 1990.

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:** Nos casos em que a conduta ensejar prejuízo ao Erário o procurador oficiante deverá indicar a necessidade de ressarcimento ao Erário, o que se aplica tanto para servidores da ativa quanto para ex-servidores. |

**Ressarcimento ao Erário**

Por fim, verifica-se que a CPAD apontou, em seu relatório final, a existência de prejuízo ao Erário, no montante de R$ xxx (valor por extenso), em valores originais, em razão da conduta do(a) indiciado(a). Tais valores devem ser atualizados e consolidados, para a finalidade de cobrança para reposição ao Erário.

A impossibilidade de aplicação da penalidade disciplinar não elimina o dever de reparar o dano causado ao erário, em razão da independência das instâncias de responsabilidade do servidor, prevista no art. 125 da Lei n° 8.112, de 1990.

**CONCLUSÃO**

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:** Cabe ao procurador oficiante reproduzir neste tópico as conclusões decorrentes das orientações constantes no parecer, garantindo a congruência entre o texto e as recomendações finais, seja pelo arquivamento, recondução da comissão, regularidade da instrução, reenquadramento, dentre outros.  Os limites de um parecer parametrizado e a diversidade de temas que podem ser abordados nos processos administrativos disciplinares impedem a inserção de todas as possíveis conclusões como alternativas.  Seguem como sugestão de redação as conclusões mais comuns, pela regularidade processual ou o apontamento de equívoco no enquadramento ou quanto à indicação da sanção aplicável. |

Concluindo a análise dos presentes autos, manifestamo-nos pela regularidade do processo disciplinar, estando o mesmo apto a ser encaminhado para julgamento pela autoridade competente, e após seja comunicada a Controladoria-Geral da União, através do sistema CGU-PAD, para os fins previstos no art. 51, § 7º, da Lei nº 13.844, de 2019.

**OU**

|  |
| --- |
| **Nota explicativa:** Utilizar as redações abaixo para as hipóteses de enquadramento incorreto ou para as hipóteses de enquadramento correto, mas de indicação de sanção em desacordo com o respectivo enquadramento. |

​ Concluindo a análise dos presentes autos, constata-se que a comissão não providenciou o correto enquadramento da conduta, ficando recomendada a adequação, nos termos do [indicar os dispositivos para reenquadramento legal], conforme orientação constante do presente parecer nos itens xxxx.

Como consequência, fica recomendada a aplicação da penalidade adequada ao caso concreto, no caso a sanção de [indicar a sanção cabível à espécie de acordo com a infração cometida]

**OU**

Concluindo a análise dos presentes autos, constata-se que a comissão não providenciou o correto enquadramento da conduta, ficando recomendada a adequação, nos termos do [indicar os dispositivos para reenquadramento legal], conforme orientação constante do presente parecer nos itens xxxx.

Como consequência, em observância aos pareceres GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art. 40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993, fica recomendada a aplicação da sanção de demissão.

**OU**

Concluindo a análise dos presentes autos, constata-se que a comissão embora tenha providenciado o correto enquadramento da conduta, sugeriu, equivocadamente, aplicação da sanção de [indicar a sanção recomendada pela comissão], o que está em desconformidade com a legislação.

Nesse sentido, em substituição à sanção sugerida pela comissão, fica recomendada a aplicação da sanção de [indicar a sanção correta e respectivos dispositivos legais]. conforme orientação constante do presente parecer nos itens xxx.

**OU**

Concluindo a análise dos presentes autos, constata-se que embora a comissão tenha providenciado o correto enquadramento da conduta, nos termos do que já informado, sugeriu, equivocadamente, aplicação da sanção de [indicar a sanção recomendada pela comissão], o que está em desconformidade com os pareceres GQ 177 e GQ 193, aprovados pelo Presidente da República e, portanto, vinculantes para toda a Administração Pública Federal, nos termos do art.  40 da Lei Complementar n.º 73, de 1993.

Nesse sentido, em substituição à sanção sugerida pela comissão, fica recomendada a aplicação da sanção de demissão, nos termos do que fundamentado nos itens xxx do presente parecer.

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:** Nos casos em que a conduta também se qualifica como possível crime, cópia dos autos deverá ser remetida aos órgãos de persecução penal para a apuração criminal. |

Fica igualmente recomendada a remessa de cópia dos autos à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal para apuração da conduta na esfera criminal.

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:** Ainda, nas hipóteses em que a conduta se qualifica como improbidade administrativa, deve-se recomendar: a) dar conhecimento ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 15 da Lei n.º 8.429, de 1992; b) o retorno do processo à procuradoria, após o trânsito em julgado administrativo, para remessa do processo ao ETR-Probidade visando o ajuizamento da ação de improbidade. |

Tendo em vista a identificação da prática de improbidade administrativa, recomenda-se a remessa de cópia integral ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 15 da Lei n.º 8.429, de 1992.

Além disso, fica recomendado o retorno dos autos a este órgão consultivo, após o trânsito julgado administrativo da decisão, com o fim de que seja providenciada remessa de cópia ao ETR-Probidade da Procuradoria-Geral Federal, visando ao ajuizamento de ação judicial nos termos da Lei n.º 8.429, de 1992.

Recomenda-se, por fim, a adoção das providências para ressarcimento ao Erário quanto aos prejuízos apurados pela comissão processante, nos termos do que já orientado em tópico específico.

É o parecer.

À consideração superior.